Ata da 41ª Reunião Ordinária do 2º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos vinte e dois dias do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Reuniu-se os vereadores, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Carla Odete Hofmann, secretariada pelo segundo secretário, Vereador Ângelo Ronei Peschiski. Presente à totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **ATA**. Discutidas as Atas da 39ª e 40ª reunião ordinária, sendo ambas aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a Sra. Presidente encaminhou para as comissões técnicas os Projetos de Lei Executivo nº 250 e 251 de 2022. Encaminhou para as comissões de contas, finanças e orçamento o balancete mensal referente ao mês de maio de 2022, da Fundação Cultural de São Bento do Sul. Em seguida, a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei Complementar nº 007 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o ingresso do Município de São Bento do Sul na Agência Intermunicipal de Regulação, controle e fiscalização de serviços municipais do médio vale do Itajaí – AGIR, e dá outras providências. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Ressaltou que este projeto de lei complementar tem por objetivo pedir autorização da Casa Legislativa, para que o município de São Bento do Sul, ingresse na Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de serviços públicos municipais do médio vale do Itajaí- AGIR. Explicou que a entidade AGIR, tem por objetivo fazer a fiscalização, controle e regularização das tarifas públicas, e São Bento do Sul faria parte desse consórcio. No dia 07 de junho desse ano, ocorreu uma assembleia, onde os municípios participantes desse consórcio aprovaram por unanimidade a participação de São Bento do Sul. Contou que a entidade atende diversos municípios do médio Vale do Itajaí, a exemplo da cidade de Jaraguá do Sul, e outros municípios aos arredores. Destacou que a prestação de serviços de transporte púbico exige uma atenção especial do município, e há necessidade de um controle e fiscalização, para que possa ser atendida a política nacional de mobilidade urbana. Como o município delega esse serviço a um terceiro, ele tem por obrigação fazer essa fiscalização e controle, no que diz respeito a política tarifária, quanto a eficiência do serviço, a qualidade, a transparência no valor das tarifas cobradas, no que diz respeito a segurança e regularidade nos serviços prestados. Todos esses itens devem ser controlados e fiscalizados pelo poder público que pode delegar esse serviço para uma empresa terceirizada. Informou que o município deve ter mecanismos de controle para que essa fiscalização seja feita de uma forma efetiva. Comentou que em São Bento do Sul não tem uma pessoa capacitada para tratar desse assunto, principalmente na função de um engenheiro de tráfego. Para contratar um engenheiro de tráfego, seria necessário fazer um concurso público, e hoje todos sabem que isso não é possível, pois estamos em um momento próximo das eleições, tendo então que esperar passar esse momento. Disse que o custo de contratar um

profissional nesta categoria, provavelmente seria maior do que o valor dos R$ 5.179,02 (cinco mil cento e setenta e nove e dois centavos), que é o valor das mensalidades, que deve ser pago caso seja aprovado este projeto, sem considerar os encargos, pois aí estaremos tratando de valores na casa dos 8 mil reais, para a contratação de um profissional. Contou que a AGIR disponibiliza os seguintes profissionais: engenheiro de tráfego, economista, contador e administrador, sendo uma empresa especializada em trabalhos como este. Falou que em dezembro do ano passado, a empresa que atende o transporte público do município encaminhou para a prefeitura um pedido de revisão da tarifa, e pela primeira vez a prefeitura mandou fazer um estudo completo pelos economistas que fazem parte dos quadros da municipalidade. Esses profissionais, embora tivessem suas rotinas e suas tarefas, fizeram um estudo para levantar a questão de valores, e demoraram até o mês de junho para fazer este levantamento. Chegaram à conclusão de que o valor que a empresa apresentou foi muito próximo dos valores levantados pelos servidores da prefeitura. Disse que se tiver uma empresa como a AGIR, obviamente que este estudo teria sido feito com muito mais agilidade, com uma entrega mais efetiva para a população. Todos sabem que também está pendente a questão da licitação do transporte público do município a alguns anos, e essa empresa poderá ajudar na elaboração dos valores, da tarifa e dos itinerários, que devem atendem com mais eficiência a nossa cidade, para que seja colocado no edital de licitação para a contratação da empresa, sendo a mesma ou não, que venha a prestar os serviços de transporte público. Explicou ainda, que este valor será repassado mensalmente caso seja aprovado este projeto, e será pelo período de 12 meses, e consta no artigo 6º da Lei Complementar, que as taxas que serão pagas, são devidas aos prestadores de serviços regulados pela AGIR. Destacou que quando o município delega a prestação de serviço para uma empresa, essa empresa é quem vai fazer o pagamento desta mensalidade. Neste momento, é o município quem vai fazer, e assim que tiver a licitação e for delegado a prestação de serviços, é essa empresa que vai pagar essa mensalidade para a AGIR. Comentou que muitos vereadores acreditam que contratar a AGIR é pagar duas vezes, mas reforça que não existe nos quadros da prefeitura municipal, uma pessoa capacitada para fazer esses trabalhos, e há a necessidade de contratar uma pessoa. Contratar uma pessoa, ficaria muito mais caro do que a contratação da entidade AGIR. E para que estes estudos possam ocorrer de uma forma completa e mais ágil, pede a aprovação dos demais vereadores no referido projeto. Com a palavra o vereador Hélio Alves. Ressaltou que analisando o referido projeto acaba entendendo que seria importante esse consórcio, mas sabe que neste um ano e meio que falta, o governo deveria pensar sobre fazer a contratação de um engenheiro, e se custar um pouco mais caro acredita que não teria problemas, pois o mesmo poderia ser usado em outras atividades na prefeitura. Disse ser contra a contratação de mais uma empresa terceirizada para fazer esse serviço, por isso é contra esse projeto. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Comentou que ainda estava com dúvidas se deveria votar contra ou a favor no referido projeto. Mas pensa sobre a questão de mais uma vez ser contratado uma empresa para realizar esse

serviço de forma terceirizada, quando poderia ser feito o serviço pelos próprios servidores. Disse que a vereadora Terezinha comentou que não há pessoas capacitadas na prefeitura para fazer esse serviço, da mesma forma que não havia ninguém capacitado para fazer os serviços de geólogo, o qual também foi informado que não tinha ninguém capacitado. Falou que ultimamente não estão achando mais ninguém capacitado para fazer os trabalhos que seriam de obrigação da prefeitura, e esse é um deles. Em seu ponto de vista, a prefeitura deveria estar fiscalizando esse serviço. Questionou o fato de ser mais caro para contratar uma pessoa para fazer esse serviço, e perguntou qual seria o salário dessa pessoa, caso fosse contratada para fazer esse serviço. Porque essa empresa já se colocou para trabalhar a 20 mil por mês. Solicitou um aparte a vereadora Terezinha Maria Dybas, e lhe foi concedida. Explicou que a mensalidade para a AGIR é de R$ 5.179,02 (cinco mil cento e setenta e nove e dois centavos), por mês, durante o período de 12 meses. Explicou que não sabe qual é o valor do salário de um engenheiro de tráfego, mas provavelmente seja um valor maior do que os 5 mil, e se ele fosse contratado, teria que pagar o salário além dos encargos, o que ficaria mais caro. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Comentou que hoje temos um Chefe na rodoviária ganhando 5 mil por mês, para não fazer quase nada. Ele está lá para fazer absolutamente nada, pois não passam nenhuma obrigação para ele, e talvez ele pudesse estar contribuindo em outra função. Disse que não está defendendo a saída dele de lá, mas sim que ele pudesse estar contribuindo em outro lugar, pois lá não contribui em nada, e isso já não é de agora, já vem de muito tempo, de outras gestões. Por isso aí deseja analisar seu voto até o fim dessa discussão. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Destacou que a questão da terceirização dos serviços é muito complicada, já temos a AMUNESC, onde foi falado que resolveria muitos problemas, e não resolveu. Falou que temos o consórcio QUIRIRI, o qual já está devendo e muito para a municipalidade, pois custa muito ter esse serviço e dá pouco retorno. Tem ainda a agência do Samae, e neste caso, o Samae precisa ter uma agência reguladora, pois isso é questão de lei. Disse que o caso é o seguinte, “tem um para chorar, e outro para vender lenço”, e quem paga é o contribuinte, sendo o valor de mais de R$60.000,00 (sessenta mil reais) por ano. Falou que é contra essa situação, pois já está parado a mais de 6 anos essa licitação do transporte público, e nada tem a haver com essa gestão, são outros problemas, a empresa ingressou com ação contra a municipalidade por causa daqueles terminais e outros valores que ficaram parados a muito tempo. Falou que o vereador Paulo comentou com muita propriedade que existe um “chefe” que está lotado na rodoviária, recebendo o salário de mais de 4 mil por mês, fora os encargos, e este poderia estar em outra função, porque na atividade atual ele não tem função nenhuma. Afirmou que ele não faz nada ali, ou faz muito pouco, por aquilo que é pago pelo contribuinte. Disse que o que falta para o atual governo é um secretário de administração, pois o atual secretário venho até essa Casa, mal preparado, sem o devido preparo, e depois que os vereadores alertaram sobre a empresa que ele estava pronto para contratar, para que fizesse um gerenciamento, uma empresa de Brasília que desse telecurso ao preço de R$ 430.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo que

o SEBRAE faria o mesmo serviço pelo valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais). Então ele anulou a contratação, e foi publicado semana passada que ele anulou a licitação para o curso, isso porque, foi levantado pelos vereadores sobre isso, e quando o secretário de administração foi questionado, disse que estava desinformado, que houve algum problema de comunicação interna, onde teria sito o e-mail passado para alguém lá dentro e engavetado. Falou que se os vereadores não tivessem visto teria passado esse projeto com o valor de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), mas não passou, porque a Câmara de Vereadores está atenta e vigilante. Por isso economizamos esse valor, e o SEBRAE ninguém vai poder questionar sobre a qualidade de seus cursos, com o mesmo pacote, o mesmo conteúdo. Agora vem o governo querendo onerar o contribuinte em mais de 60 mil reais por ano, para fazer uma incumbência que é do governo. Questiona se vão onerar o contribuinte com mais esse valor, porque hoje não tem ninguém competente para fazer o serviço. Afirmou que não terá nunca alguém competente se os governos não passarem a priorizar e capacitar seus servidores, funcionários efetivos, aí não terão funcionários nunca. Comentou que é favorável que se capacitem servidores efetivos, tanto no executivo como no legislativo, pois não dá para ficar dando curso para aquela pessoa que vai ficar pelo tempo de um ano, ou no máximo quatro anos. Afirmou que não é possível que se aprove um projeto desses esperando que o contribuinte pague por tudo, porque o governo não dá conta de gerenciar tudo o que deveria estar fazendo. Se o secretário entende que não dá conta de gerenciar tudo, talvez seja o momento de o prefeito rever essa questão, pois de sua parte não vai ser aprovado projetos aqui dessa forma, e outros iguais, onde o governo queira terceirizar tudo, como no caso da saúde, onde vai contratar médicos por terceirização no valor de um milhão e trezentos e vinte mil reais, pois logo vai estar o Ministério Público questionando tudo, e de sua parte isso não vai passar. Com a palavra o vereador Darlan André Guliani. Ressaltou que concorda com a fala dos vereadores Paulo e Sabino, quando falam a respeito do cargo público que vem sendo ocupado por uma pessoa na prefeitura. Disse que assina em baixo e endossa o entendimento que isso é apenas um cabide de emprego, mas, os vereadores precisam ressaltar que a função exercida por essa pessoa, nada tem a ver com o que está sendo discutido, pois aqui é outro tipo de fiscalização. Admitiu que quando foi apresentado esse projeto, foi discutido a possibilidade de trocar esse cargo, de tirar essa função e repassar o dinheiro para a empresa, a final de contas está sendo falado de uma mensalidade de um valor elevado sendo R$ 5.179,02 (cinco mil cento e setenta e nove reais e dois centavos). Todavia, é preciso lembrar que o município vai contratar por esse valor um engenheiro de tráfego, um administrador e um advogado. Ressaltou que isso vai ficar gravado, e admite que quando a empresa Coletivos Rainha pediu para a prefeitura para que fosse reavaliado o custo da passagem, foi apresentado uma planilha de custos, e pode perceber que este assunto é muito complexo. Admitiu que mesmo tendo um nível de conhecimento com instrução, achou o assunto muito complexo, e não tem vergonha de falar isso. Acredita que os vereadores estão passando essa conta para a população pagar a muito tempo, principalmente quando foi assinado um contrato onde diz que os anos de utilidade do

veículo é de 12 anos. Comentou que as pessoas reclamam que os veículos estão velhos e em mau estado de conservação, mas viu nessa planilha, que os veículos tem em média 9 anos e meio de uso. Afirmou que quem assinou esse contrato, permitindo que o tempo de utilização dos veículos seria pelo período de 12 anos, foi o município, poder público da época, foi ele quem jogou essa conta no colo do contribuinte. Quem assinou um contrato dizendo que a empresa ia construir os postos (terminais), nos bairros Centenário, Oxford e Serra Alta, e depois de 20 anos passaria esses imóveis como doação foi o executivo, e acabou jogando a conta nas costas do contribuinte. Comentou que podem até falar que precisamos ter pessoas capacitadas, mas até onde sabe, a pessoa pode fazer um concurso público e se ela cumprir com os requisitos do edital, naquilo que ela se propõe a vaga, infelizmente ninguém pode obriga-la a se capacitar, a pessoa se capacita apenas se ela quiser, e é lógico que ela vai ganhar incentivos para isso. Dizer que a gente não tem pessoas capacitadas já vem de anos, e tem visto que em algumas situações, onde foram chamadas empresas terceirizadas as coisas voltaram a funcionar e a entrar nos trilhos novamente. Acredita que se for para consertar esse problema da reclamação, essa conta dos custos que estão em cima do contribuinte, ele já está pagando e não está percebendo. Prefere pagar sim, votar favorável a esse projeto, e eles terem o que é justo, o que é certo como contribuinte. Ressaltou novamente que concorda com a fala do vereador Paulo que esse projeto é duvidoso e complexo, mas prefere pagar para ver, pois tem o propósito de oferecer aos contribuintes uma qualidade de vida um tanto melhor, por isso seu voto será favorável. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Novamente disse que estava em dúvida em relação a esse projeto, mas iria tomar a decisão de votar favorável ao projeto, mesmo sabendo que é um projeto complicado, que vai gerar um gasto desnecessário, para que não venham jogar a culpa para cima dos vereadores, de que a licitação do transporte público não está saindo, porque estes não aprovaram o projeto. Disse que devem ficar de olho para ver se daqui uns meses não vai continuar essa mesma enrolação a respeito da licitação. E para não ficar carregando essa culpa de ter votado errado hoje, é que vai votar favorável ao projeto. Espera que esse projeto seja revogado lá na frente, caso essa empresa não funcione, e que a prefeitura possa sair desse convênio. Com a palavra a vereador Carla Odete Hofmann. Comentou que precisa concordar com a lucidez das palavras do vereador Paulo. Disse que é muito fácil os vereadores jogarem com a audiência, e de maneira rasa darem uma resposta em relação ao que se pensa, no sentido de votar contra ou a favor “pelo sabor do vento”. Mas, a responsabilidade dos vereadores desta Casa vai muito além, e se preocupa com essa questão do transporte coletivo urbano, porque todos os dias os vereadores recebem muitas reclamações, relatos de problemas no transporte da cidade. Todos os dias os vereadores escutam a população reclamando de super lotação nos veículos, redução de horários, má conservação dos veículos, dificuldades no embarque, e se a Câmara de Vereadores também não fizer um aceno no sentido de viabilizar que se tome medidas através de uma agência especializada e competente, específica para essa finalidade, serão coniventes a manter o estado atual das coisas por mais tempo, e o pior, poderão ser taxados, e neste ponto o

vereador Paulo foi bastante lúcido, no sentido de que podem dizer que os vereadores foram omissos. Reafirmou que se precisar votar vai votar favorável a esse projeto, e será a primeira a cobrar do Prefeito se essa situação não se modificar a curto espaço de tempo, pois as desculpas estão se acabando, o tempo está passando, e não veem uma solução efetiva para solucionar os problemas do transporte público, e acabam terceirizando para a população que já está sobre carregada, todos os problemas que os próprios vereadores já sabem que é muito complicado. Disse que dificilmente ouvem uma pessoa usuária do transporte coletivo do município dizer de forma objetiva, que está muito feliz com o serviço, as reclamações são muitas. Se tentou conceder transporte gratuito nos domingos para a população, e foi recebida várias críticas. Talvez seria o caso de se pensar, repensar um outro modelo que trouxesse alguma tranquilidade maior para o usuário do transporte. Observa que os vereadores, especificamente o vereador Paulo, estendem para o poder executivo a possibilidade de dizer que a Câmara de Vereadores está fazendo o seu papel. E indaga se estará na mesma sinergia com os vereadores o poder executivo? É essa resposta que esperam do poder executivo, pois estão dando todas as condições para que as coisas andem e que esta situação se resolva. Então o problema e a pendência estão nas mãos do executivo. Com a palavra a vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini. Comentou que é um projeto de lei bastante preocupante, assim como já foi falado. Os vereadores que estão aqui representando os munícipes, e recebem várias reclamações no dia a dia, ligações de usuários descontentes com o serviço, e muitas vezes não tem como ajudar, não conseguem fazer nada. São vários munícipes que pedem ajuda porque o ônibus está cheio, está velho, está estragado, por isso precisam tomar uma decisão e tentar agilizar essa questão. Pensa que se é para agilizar essa licitação, se é para resolver esse problema que estão há anos enfrentando, ouvindo reclamação da população, vai ser favorável ao projeto, pois quer agilidade. Os vereadores desde que assumiram estão ouvindo da população, recebem nos seus telefones várias reclamações, mas não conseguem resolver. Então também vai dar um crédito ao executivo, para que possam resolver essa situação, pois é muito triste ver as pessoas procurando ajuda, mandado vídeo de dentro dos ônibus estragado, e os vereadores sem poder fazer nada. Disse que também vai ficar cobrando agilidade. Se é para fazer melhor para a população, será favorável. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Comentou que esse projeto é bastante confuso, trata de uma questão que já vem se arrastando há muitos anos. Comentou que acredita que este processo passando ou não na Câmara de Vereadores, não seja isso que vai barrar essa licitação, pois entende que devem primeiramente reorganizar e organizar dentro do executivo questões de alguns cargos comissionados, como foi comentado pelo vereador Paulo, sobre o cargo de chefe de transportes, dentro da rodoviária, que um cargo que está naquele dizer popular “não fede e não cheira”. Informou que seu voto será contrário dos demais, pois estão apenas trazendo mais despesas para os munícipes, mesmo que seja “centavinhos, que no final do mês, no fim do ano vira valores altos”. Comentou que não podem ficar aqui jogando um vereador contra o outro e contra a população, de que um vai votar sim, e outro não,

pois cada um tem o seu pensamento e sua leitura em relação a este projeto. Entende que primeiro deve-se ter reformas dentro do executivo para aí sim começarem a trazer despesas administrativas de algumas pastas, onde alguns fiscais estão faltando, e esse é um problema que o executivo precisa resolver internamente. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Falou que todo mundo fez as suas considerações dentro do seu entendimento e não entendeu as colocações que foram feitas pela Presidente, quando a mesma falou sobre "colocações rasas", pois não viu colocações rasas de ninguém nesta Casa, e talvez tenha se equivocado em relação a alguma compreensão. Disse que já colocou sua opinião, basicamente quando o secretário de administração esteve aqui, onde pode expor e não fez nenhuma colocação rasa, quando o convidou a vir até aqui para explanar sobre alguns assuntos da pasta. Falou que não gosta do termo "convocação", prefere convite, ainda que seja convocação, por isso fez um convite, para ficar mais gentil. Explicou que o secretário esteve aqui e fez as suas explanações, então fez um contra ponto, e do nada foram economizados mais de 430 mil reais. Comentou que neste caso, o governo não teve nenhuma boa vontade e consideração, não apenas com esses vereadores que representam o povo, mas também com o povo que paga a conta. Acredita que é muito fácil aqui aprovar o uso do dinheiro público, mas votar para não torrar o dinheiro do povo que é difícil, e amanhã a imprensa vai estar lhe "desossando mais uma vez". Agora votar para gastar o dinheiro do contribuinte com capricho, cuidado e zelo, isso que é bem difícil. Poderiam simplesmente ter deixado passar e o secretário de administração com a teriam gasto mais de R$ 430.000,00 com uma empresa de Brasília para dar telecurso. Neste caso especificamente, já falou que o governo poderia ter tido uma atitude descente com o dinheiro do contribuinte e dizer "olha se os vereadores tiverem a boa vontade de contratar uma empresa de fora para fazer esse serviço, então vamos enxugar aqui ou ali", mas não, ele não quer falar em enxugar, quer manter os cabides políticos, para manter os apoios, e ninguém fala em enxugar. Comentou que já foi colocado pelo vereador Paulo na semana passada, a respeito de uns 8, 9 ou 10 cargos indicados que estão lá, e continuam lá. Se retratou falando que quem havia falado dos cargos foi o vereador Adriano. E afirmou que o governo não tem a menor atitude para aliviar a folha de pagamento, e indaga se não aprovarem este projeto a culpa é nossa? Respondeu que não, a culpa é de quem não dá conta de fazer o serviço, e não há aqui nenhuma consideração rasa a esse respeito, pois todo mundo vem falando com responsabilidade. Acredita que seria muito fácil ficarem aqui aprovando tudo para apenas homologar, e isso aqui não é puxadinho do executivo, todos estão falando com muita responsabilidade dentro de seus conhecimentos e entendimentos. Observa que não é apenas por aprovar ou reprovar, vê que o governo deve fazer aquilo que é de sua obrigação, pois não é possível que o governo queira terceirizar tudo que cabe a ele fazer. Se houvesse apenas a boa vontade de enxugar a folha e dispensar cabide de emprego, para aí vir até aqui com a devida moral e dizer, "olha eu gostaria de um apoio da Câmara de Vereadores, nós estamos fazendo o dever de casa". Mas não, não estão fazendo o dever de casa, não demitem cabides de emprego, e querem que os vereadores fiquem em uma situação difícil em relação ao contribuinte. Não vai

aceitar essa culpa e não há nenhuma possibilidade de que venha apoiar essa alternativa para ter mais uma associação. Encerrada a discussão e não havendo mais manifestações a Sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 007 de 2022, sendo o mesmo aprovado por maioria absoluta. Votaram favoráveis os seguintes vereadores: Ângelo Ronei Peschiski, Carla Odete Hofmann, Darlan André Guliani, Luiz Lindecir Pesenti, Terezinha Maria Dybas, Paulo Zwiefka, Zuleica Maria Sousa Voltolini. Votaram contra o projeto os vereadores: Adriano Reinhardt, Hélio Alves e Jairson Sabino. Foram contabilizados 7 votos favoráveis contra 3 contrários. Foi questionado pelo vereador Adriano Reinhardt se essa votação fica registrada em ata. E respondido pela Sra. Presidente de forma afirmativa, que todos os votos constam em ata, além disso, a sessão é transmitida ao vivo, e é gravada, ficando disponível nos sites e em redes sociais, canal do Youtube, pois a Câmara de Vereadores, tem o dever legar de agir com publicidade. Em seguida, a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 242 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Altera a Lei nº 3973, de 25 de outubro de 2018 que dispõe sobre a forma de amortização do déficit técnico atuarial para obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial que o Município tem em face do RPPS do Município de São Bento do Sul. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Ressaltou que o referido projeto de lei trata da atualização de amortização do déficit técnico atuarial para obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial que o Município tem em face do Regime de Previdência do Município de São Bento do Sul, conhecido como IPRESBS. Todos sabem que os servidores públicos do município contribuem mensalmente com 14% (quatorze por cento) de seus vencimentos para IPRESBS, e a Prefeitura contribui com 16,45% (dezesseis virgula quarenta e cinco por cento). Somadas essas contribuições, ainda não são suficientes para garantir a aposentadoria de todos os servidores públicos, e todo o ano esse valor é recalculado, e a prefeitura além do pagamento da cota patronal sendo 16,45%, ao mês, contribuí ainda com a diferença que é apurada neste cálculo do déficit atuarial. Neste ano de 2022, o valor que será pago é de R$ 477.997,78 (quatrocentos e setenta e sete mil novecentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos), ou seja, praticamente quarenta mil reais por mês. Explicou que esse valor é um déficit que a Prefeitura precisa pagar, além do valor da cota patronal. Por este motivo, há uma comissão estudando para ver o que pode ser mudado na Previdência do servidor público municipal. Contou que também faz parte dessa comissão, e já tiveram uma primeira reunião, e terão mais encontros no início do mês de setembro, e essa comissão tem a missão de encontrar um caminho para tentar encontrar uma solução para amenizar esse déficit. Caso algum munícipe venha a questionar o porquê de a prefeitura pagar esse valor? E se não pagar, quais as consequências? Em resposta disse que se a Prefeitura não pagar ela não tem a certidão de regularidade, não recebe a certidão negativa. Não tendo essa certidão negativa, o município não recebe os repasses do Estado e da União. Não consegue nenhum tipo de financiamento com as instituições bancárias. A previdência que vai pagar a aposentadorias dos servidores ela é amarada de uma forma que se não tiver de uma forma eficiente, com possibilidade de pagar as aposentadorias atuais e futuras, e esse

cálculo é feito com uma média, com base na expectativa de vida das pessoas. A prefeitura acaba não podendo financiar e nem fazer empréstimos. A uma amarração para que isso seja deixado tudo em dia, com a previsão de um cálculo e a prefeitura deve pagar. Existe ainda as várias formas de pagamento, e esse ano é o valor de R$ 477.997,78 (quatrocentos e setenta e sete mil novecentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos). Explicou que existem hoje 2.143 segurados, sendo 2.108 ativos, e 667 inativos, e ainda 158 pensionistas. Falou ainda que neste caso não adianta os vereadores ficarem aqui discutindo, pois é uma necessidade de se aprovar o repasse ao IPRESBS. Informou ainda, que gostaria de deixar a reflexão de que esta comissão que vem estudando possíveis alterações na previdência do município, ela tem um trabalho muito grande, e esse trabalho em algum momento virá para a Câmara de Vereadores para que seja aprovado. Se esse déficit continuar aumentando dentro dos próximos anos, há uma grande previsão de aumento para o ano de 2025, e esse é uma colocação que será feita pela comissão, de que a prefeitura pode diminuir em muito e aplicar esses valores em obras, educação, saúde e assistência social. Por isso pede a aprovação do referido projeto para que a Prefeitura possa fazer o pagamento ao IPRESB. Não havendo mais manifestações, a Sra. Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 242 de 2022, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 245 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023 e dá outras providências. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Ressaltou que o referido projeto de lei trata sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023, onde são colocadas todas as previsões orçamentárias para o ano de 2023, com todas as atividades que serão realizadas por cada secretaria. Comentou que os vereadores ainda tem um certo tempo para analisarem com calma o referido projeto, lembrando que não podem deixar para a última hora, e se houver a necessidade de emendas que sejam discutidas. Explicou que as emendas devem apontar aquilo que o vereador pretende colocar como emenda, e também ser apontado de onde será tirado o recurso. Solicitou que todos os vereadores estudem o referido projeto para que juntos possam fazer as considerações se forem necessárias. Não havendo mais manifestações, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Executivo nº 245 de 2022, será levado em 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida o Projeto de Lei Executivo nº 247 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em ingresso de recursos, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Ressaltou que o projeto de lei solicita autorização para que o Município possa abrir crédito adicional suplementar no orçamento, com base em ingresso de recursos, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo este valor transferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Comentou que o objetivo é fazer reformas no prédio que abriga a Fundação Cultural de São Bento do Sul. Informou ainda, que na segunda discussão vai pedir aos vereadores pela aprovação do projeto.

Não havendo mais manifestações, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Executivo nº 247 de 2022, será levado em 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei Executivo nº 248 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em ingresso de recursos, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Explicou que esse recurso no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) também é oriundo do Tribunal do Estado de Santa Catarina, e o município pede autorização através do referido projeto de lei, para que possa abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, sendo este valor destinado para a pasta da assistência social, para a aquisição de um veículo que vai prestar serviços no programa de acolhimento familiar. Destacou que todos esses valores que são encaminhados pelo Tribunal do Estado já tem uma finalidade definida, e devem ser aplicados para aquilo que foi enviado. Comentou ainda, que na próxima discussão solicitará a aprovação dos demais vereadores. Não havendo mais manifestações, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Executivo nº 248 de 2022, será levado em 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão Projeto de Lei Executivo nº 249 de 2022 - Autor: Executivo Municipal - Dispõe sobre o processo de qualificação para o exercício das funções de diretor escolar das instituições da rede pública municipal de ensino de São Bento do Sul dá outras providências. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Enfatizou que todos os vereadores tiveram a oportunidade de conversar com o Secretário de Educação Sr. Josias, o qual explicou a necessidade de criação deste projeto de lei, para a escolha democrática da função de diretores escolares, nas instituições da rede pública municipal de ensino na cidade. A iniciativa para a escolha dos profissionais se deu em razão da necessidade de garantir uma gestão democrática no ensino público, que é um princípio constitucional previsto no inciso 6º, do artigo 206 da Constituição Federal. Também está previsto na estratégia 17.29, da meta de estratégia 17 do plano municipal de educação. Ainda a edição da nova lei do FUNDEBE, Lei n° 14.113 de 25 de dezembro de 2020, ela regula o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica, e de valorização dos profissionais da educação, e é com essa verba que os professores são pagos. Uma das condições para o recebimento desses recursos, é o provimento das funções de cargos públicos, de acordo com conhecimentos técnicos e de mérito e a participação da comunidade no processo de escolha para os cargos de diretores, é a chamada escolha democrática dos diretores. Comentou que a Resolução n° 01 do dia 27 de julho de 2022, da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade do Ministério da Educação, determinou que os municípios têm até o dia 15 de setembro deste ano, para informar a forma que vai disciplinar as escolhas dos diretores. Ressaltou novamente, que está é uma exigência para o recebimento do (VAAR), sigla de um valor que fica dentro do FUMDEB para repassar recursos para os municípios. Destacou que os municípios que não informarem como será a escolha democrática

dos diretores das unidades educacionais até a data prevista, estarão fora do recebimento deste (VAAR), que é um dos recursos do FUMDEB. Desta forma, há a necessidade que até o dia 15 de setembro seja este projeto analisado, votado e sancionado, para que ele seja encaminhado para o Ministério de Educação, para que o município não perca estes repasses. Disse ainda que o projeto de lei está disponível para todos os vereadores verificarem, e se tiver alguma colocação ou melhoramentos, podem fazer antes que ele entre na segunda discussão, se necessário, podem ainda chamar novamente o secretário de educação para sanar dúvidas, mas o próprio projeto de lei está alto explicativo. Solicitou que se houver necessidade de alteração, que seja feito antes da ida do projeto para a segunda discussão. Informou ainda, que na segunda discussão pedirá pela aprovação do projeto. Com a palavra a Sra. Presidente. Informou que gostaria de consignar a presença do Secretário de Educação nesta Casa de Leis, e disse que todas as vezes que há projetos relacionados com a área da educação, o mesmo se dispõe a vir até aqui para explicar e tirar as dúvidas dos vereadores. Não havendo mais manifestações, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Executivo nº 248 de 2022, será levado em 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão Projeto de Lei Legislativo nº 066 de 2022 - Autora: Carla Odete Hofmann - Declara de Utilidade Pública a Associação dos Pacientes Renais do Planalto Norte – ARPLAN. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Solicitou que o Projeto seja explanado em segunda discussão, momento que fará a justificativa e os motivos para declarar de Utilidade Pública a ARPLAN. Não havendo mais manifestações, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Legislativo nº 066 de 2022, será levado em 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei Legislativo nº 067 de 2022 - Autora: Zuleica Maria Sousa Voltolini - Denomina Ubaldo Grossl rua do município. Com a palavra a vereadora autora do Projeto de Lei, vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini. Informou que se manifestaria sobre o referido projeto na segunda discussão. Não havendo mais manifestações, a Sra. Presidente informou que o Projeto de Lei Legislativo nº 067 de 2022, será levado em 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente informou atendendo ao Requerimento n°070 de 2022, de autoria da vereadora Carla Odete Hofmann, foi aberto espaço na tribuna popular livre para o Sr. José Augustim, representando a entidade APAE, para explanar sobre a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. A Sra. Presidente aproveitou ainda, para agradecer a presença de professores e funcionários e direção da APAE de São Bento do Sul**. TRIBUNA POPULAR LIVRE**. Na Tribuna Popular Livre o Sr. José Augustim, leu informações a respeito da semana nacional da pessoa com deficiência Intelectual e Múltipla. Após a explanação, se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas dos vereadores. Foi aberto espaço para os vereadores tirarem suas dúvidas e fazerem os seus questionamentos. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Parabenizou o orador e todos funcionários da APAE, a diretora Goreti, por todo o trabalho e dedicação, e por tudo que desenvolvem para que essas pessoas (portadores de deficiências), tenham garantido seu espaço na sociedade,

assim como todos nós temos o direito e queremos ter nossos espaços na sociedade. Parabenizou o grande papel desses profissionais na comunidade. Com a palavra o vereador Darlan André Guliani. Cumprimentou os colaboradores da APAE de São Bento do Sul, e disse que o lema da Campanha desse ano é Superar Barreiras para Garantir Inclusão. Falou que isso mostra o quão pequeno somos como espécies, em ter que derrubar aquilo que a gente construiu dentro de nós, porque nós não nascemos assim, alistado com um monte de adjetivos que remetem ao mero pré-conceito, a conclusões precipitadas, justamente a nós humanos, como espécimes considerados racionais, perdemos para as demais espécies que são os irracionais. Quem dera pudéssemos ser melhores, principalmente no quesito amor, "amor ao próximo", sem ter que derrubar barreiras do preconceito para colocar na sociedade aqueles que insistimos em transformar em invisíveis. Lições de moral a gente já teve há mais de 2.000 anos, quando esteve na terra nosso Senhor Jesus Cristo como guia. Infelizmente como plateia a gente insiste em não fazer a lição de casa. Parabenizou os profissionais pelo nobre ofício, e disse que roga a Deus para que os abençoe nessa magnifica profissão de doação e visão em prol do próximo. Fez uso da palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Disse que gostaria de reafirmar a sua grande consideração, respeito e total apoio ao importante trabalho que é desenvolvido pela APAE. Falou que as pessoas que fizeram trabalhos voluntários dentro da instituição sabem de todas as dificuldades que a instituição já passou, não apenas a APAE da cidade, mas em outras cidades. Comentou que o trabalho realizado por esses profissionais abnegados é diuturno, e que a APAE vai muito além de um simples atendimento, ela atende, conforta, acolhe as famílias desses alunos, que normalmente são famílias que também tem os seus problemas. Disse que essa ação vai muito além da questão da educação, passa a ter um afeto muito especial entre todas as pessoas que trabalham na APAE, pois a APAE é uma grande família. A instituição de São Bento do Sul tem esse cuidado familiar, devido a todo cuidado que eles têm com os educandos, com a família desses educandos, onde há uma interação muito importante, uma valorização especial neste trabalho, que fica completamente longe da questão do emprego, "serviço" que estes profissionais realizam lá. É realmente uma missão, recheada com afeto, carinho, responsabilidade, com um olhar carinhoso pelo próximo, e sem dúvidas, uma semana como essa deve ser sempre destacada em todos os órgãos públicos, para que a comunidade toda saiba, o qual importante é o trabalho que realizam. Solicitou que os representantes da Apae levassem as homenagens desta Casa e o respeito de todos os vereadores. **PALAVRA LIVRE**: Fez o uso da palavra livre a vereadora **ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI**. Cumprimentou todos os presentes e em especialmente toda a equipe da APAE, em nome da Diretora Goreti. Enalteceu o trabalho que é realizado pela APAE, como também pelo Presidente da APP, Sr. Marcelo, o qual não estava presente, direcionando assim sua fala a esposa deste. Destacou que ele é um menino muito prestativo e que todos tem muito o que aprender com ele. Ressaltou conhecer a dedicação do Marcelo em seu trabalho voluntário. Enfatizou que o trabalho realizado por toda a equipe da APAE, não tem preço e destacou que este trabalho enaltece o cidadão. Frisou que para sermos pessoas melhores, precisamos ser inclusivos. Enalteceu a atividade realizada pela vereadora mirim Priscila, nesta Casa

de Leis e destacou que quando a aluna Priscila está sentada na bancada como vereadora mirim, representa todos da APAE, frisando que ela está realizando um lindo trabalho. Mencionou que todos que participam da atividade, se sentem realizados e felizes pela presença desta. Parabenizou novamente todos pelo trabalho e enfatizou que este trabalho é também, de todos nós cidadãos. Ressaltou que todos temos essa responsabilidade e que essa Semana Nacional da Pessoa com Deficiência é de compromisso para todos levarem adiante essa reflexão, conscientizando a sociedade. Mencionou acompanhar também o trabalho realizado pela equipe em algumas escolas e alegou que ações como essas levam cada vez mais, as pessoas entenderem um pouco melhor o assunto e respeitarem. Agradeceu e enviou seu carinho e apoio a toda a comunidade. Também enalteceu e parabenizou a Igreja Matriz Puríssimo Coração de Maria, em nome do Pároco, Padre Luciano Toller e também do antigo Pároco, Padre Mario Tito Angioletti, pelo momento histórico proporcionado no domingo (21/08/2022). Destacou que foi um momento que muitos ainda não tinham presenciado, onde os munícipes e fiéis católicos puderam presenciar e participar do Translado dos restos mortais do memorável Padre Fidélis Tomelin. Relatou que tal ação movimentou nossa cidade e também resgatou nossa cultura. Comentou que os restos mortais foram conduzidos dentro de uma urna de madeira pela carruagem fúnebre, a qual foi conduzida pela Sr. Alsemir do Livramento, seguindo a tradição do seu avô, Sr. Paulo Chapieski. Continuou relatando que o cortejo foi até a Igreja Matriz Puríssimo Coração de Maria, acompanhado pela Banda Treml e por muitos fiéis católicos. Mencionou que foram resgatadas as lembranças de muitas pessoas em relação ao Padre, enfatizando, novamente, a movimentação que este evento proporcionou para São Bento do Sul. Terminou parabenizando todos os envolvidos. Fez o uso da palavra livre a vereadora **TEREZINHA MARIA DYBAS**. Em nome da Sra. Goreti, reiterou seus cumprimentos realizados em sua primeira manifestação. Reconheceu um erro realizado quando comentou sobre o Projeto de Lei que versa sobre o déficit atuarial do IPRESBS, onde corrigiu que o correto seria dizer que, o déficit atuarial hoje é de R$477.997.078,031, valor este que foi apurado em 31 de dezembro de 2021. Explicou que esse valor deve ser pago aos longos dos anos e que São Bento do Sul tem um programa para quitar esse valor em 35 (trinta e cinco) anos. Enfatizou ser necessário e urgente um estudo detalhado para encontrar uma forma de diminuir esse déficit, sob pena de colocar em “xeque” o próprio sistema previdenciário municipal. Lembrou que este valor não será pago de uma só vez, visto ser esse o valor de orçamento do município no ano. Falou também sobre uma manifestação cultural que irá ocorrer na data de 24.08.2022 no Centro Cultural da cidade. Comentou que ocorrerá apresentações de diversas pessoas da comunidade e ressaltou que todos estão convidados também para se inscreverem e participarem. Lembrou que a 1ª Edição ocorreu no Coreto da Praça e reforçou que esta ocorreria no Centro Cultural a partir da 19:00 horas. Mencionou que ingresso é gratuito, porém deve ser retirado, diante da existência de limitação de pessoas. Informou que os vereadores possuem esses ingressos para repassar como também, podem ser retirados na Prefeitura. Falou também sobre o Estado de Santa Catarina, o qual tem

o menor índice de desemprego do país, relatou que enquanto o país está com uma média de 9,3% de desemprego, o Estado encontra-se com a média de 3,9% de desemprego. Comentou que da força de trabalho o Estado possui 96,1% das pessoas trabalhando e que se considerar sobre a população, o Estado está com 65% de toda a população, com trabalho. Enfatizou ser uma notícia de grande importância para o Estado, já que se encontra em primeiro lugar em todo o país. Informou que se iniciou a pavimentação asfáltica a rua que dá acesso ao Loteamento Alpestre, a qual dentro de alguns dias se encontrará finalizada e assim, será feita toda a sinalização e pintura necessária na via, entregando assim, para aquela comunidade, uma obra a muito tempo esperada. Falou também aos moradores da Rua Jaraguá do Sul, que após a homologação do Decreto de Urgência realizado pelo Estado e reconhecido pela União, está autorizado aos que desejarem, fazer a retirada do FGTS e para isso basta que compareçam com os seus documentos na Caixa Econômica. Comentou que no dia 27.08.2022 acontecerá mais uma edição do programa “São Bento Sempre Limpa” nos bairros 25 de Julho, Schramm, Rio Vermelho Estação e Rio Natal. Informou então para as pessoas que possuírem algo para retirar, que deixem na frente de suas casas a partir das 7:30 da manhã, pois os caminhões da Prefeitura e das entidades que estão participando do programa, estarão passando para fazer essa coleta. Fez o uso da palavra livre o vereador **ADRIANO REINHARDT**. Cumprimentou todos os presentes e agradeceu a presença de um ex-vereador de Campo Alegre, Sr. Adison Dito. Agradeceu e parabenizou em nome da Sra. Goreti, todos os profissionais da APAE pelo belo trabalho que sempre prestaram e também continuam prestando. Ressaltou ficar “sem palavras” para descrever o trabalho realizado por todos. Também agradeceu e parabenizou o Padre Luciano, pela grande festa realizada na Igreja Matriz de São Bento do Sul, onde ocorreu o evento que proporcionou alegria e união dos munícipes, principalmente dos católicos. Ressaltou não estar julgando ou falando de religião, mas sim agradecendo a Igreja Matriz pelo Translado dos restos mortais do Padre Fidélis, o qual, enfatizou, deixou muitas saudades a todos. Comentou e cobrou também da Vereadora Líder de Governo, para que seja repassado ao Executivo sobre os cemitérios, visto que vários munícipes já o procuraram para realizar queixas sobre a segurança e vigilância desses locais. Solicitou que o Executivo volte com a vigilância e/ou com câmeras de vigilâncias, afirmando que não é nada mais que justo que os cidadãos, aos visitarem seus familiares, encontrarem o tumulo bonito e não estragado ou vandalizado como vem acontecendo. Ressaltou que não está jogando a culpa no Prefeito, mas que entende que ele pode dar uma resposta para a situação. Cobrou também sobre o Processo Seletivo que aconteceu na cidade, onde munícipes fizeram suas inscrições e também lembrou que nesta Casa de Leis foi aprovado o repasse para a devolução do dinheiro, porém relatou que até o momento não foi resolvido. Solicitou um aparte a vereadora Terezinha Maria Dybas, o qual lhe foi concedido. Comentou que sobre essa questão, estão sendo agendados horários onde estão já estão sendo devolvidos os valores. Novamente com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Reafirmou que recebeu cobrança sobre a situação por dois munícipes na semana que se passou, os quais até o momento, ainda não haviam

sidos ressarcidos, por isso prometeu que iria verificar e cobrar, mas agradeceu a informação. Falou também sobre a pavimentação que vem ocorrendo na cidade, parabenizando o Executivo. Destacou que são pavimentações que veem de gestões passadas, mas afirmou que é importante o Prefeito dar sequência nesses trabalhos, frisando "que é assim que devemos trabalhar". Porém, cobrou do fiscal do contrato das pavimentações dessas vias, visto que se fez presente na rua Germano Koch, onde está sendo finalizada a pavimentação, frisando que está muito bonita, mas ressaltou que possui pequenos detalhes que podem causar grandes problemas, exemplificou a situação dos bueiros, os quais ficaram abertos e enfatizou que são grandes. Pediu novamente a Líder de Governo para que cobre do Executivo e do fiscal desse contrato. Relatou que houve um evento no Bola de ouro, que ocasionou um movimento maior no local e neste mesmo dia aconteceu que um veículo acabou caindo em um desses bueiros. Destacou que são bueiros fundos e no local andam muitas pessoas e crianças de a pé, como também de bicicletas podendo assim virem a cair e resultar em uma fatalidade. Solicitou saída da sessão durante a palavra livre, o vereador Paulo Zwiefka para a Presidente, a qual lhe foi permitida. Fez o uso da palavra livre a vereadora **CARLA ODETE HOFMANN.** Cumprimentou todos os presentes e especialmente o Suplente de Vereador, Sr. Cesar, mencionando que este irá assumir uma cadeira no legislativo no mês que vem, durante a licença do vereador Luiz Lindecir Pesenti. Comentou que a Câmara de Vereadores participou na semana passada com a presença da Vereadora Mirim Presidente Grabriela, esta que tem como Vereador padrinho o sr. Jairson Sabino, de uma rápida cerimônia na sede da Prefeitura, da entrega de ambulância para o SAMU, diante de uma verba que venho pelo Deputado Federal, Sr. Rodrigo Coelho. Destacou a importância de se ter dentro do município verbas vindo das mais variadas siglas políticas. Destacando que nesse momento de se resolver as matérias necessárias para o município, as siglas políticas ficam em segundo plano, frisando que o maior compromisso de todos envolvidos na gestão do município é de poder dar uma resposta aos cidadãos, do que fazer apologia a qualquer sigla partidária. Relatou que a ambulância foi entregue estando completamente equipada, conforme foi repassado pelo Secretário de Saúde. Informou que é uma ambulância para atendimento de emergência, onde vários atendimentos podem ser prestados durante o momento da emergência, comentou ainda que a ambulância já venho com iluminação, facilitando assim o trabalho daqueles profissionais. Ressaltou ser um trabalho muito necessário e frisou que, quem um dia precisou desse atendimento, sabe bem que ele precisa ser célere e que principalmente, que comece na entrada do paciente na ambulância, declarando que fica possível com essa nova ambulância do SAMU. Reiterou os cumprimentos e a homenagem prestada pela Vereador Zuleica M. S. Voltolini, sobre o final de semana, o qual mencionou que foi repleto de tradição religiosa da Igreja Católica Puríssimo Coração de Maria, esta que foi organizada pelo Padre Luciano, mas também pensada pelo Pároco anterior, Padre Mario Tito, este que foi homenageado pela Casa de Leis com uma Moção e que deixou esta paróquia, mas, frisou que também deixou um legado sobre a importância da tradição e do comprometimento. Destacou que esteve

presente no evento e que pode ver várias pessoas relembrando as memórias com o Padre Fidélis Tomelin. Enfatizou que este momento foi de muita importância para toda comunidade de São Bento do Sul, principalmente, culturalmente. Relatou que como a grande parte da população, também não havia presenciado uma cerimônia como essa. Relatou também que outros antepassados foram prestigiados, como por exemplo o condutor do carro fúnebre que foi representado pelo neto. Ressaltou ser muito bonito ver que São Bento do Sul prestigia suas tradições. Registou também o sucesso da feijoada feminina realizado pelo Clube Tiro Seta Oito de Março, frisando que este que foi o primeiro clube de tiro feminino da cidade de São Bento do Sul, como também o primeiro clube de tiro de todo planalto norte de Santa Catarina que começou a inserir a mulher neste esporte tão bem visto e praticado por toda a comunidade. Mencionou que foi uma festa muito bonita com o encontro de várias componentes do clube, desde pessoas que já fizeram praticas com as que praticam. Terminou sua parabenizando-as pelo evento. Fez o uso da palavra livre o vereador **DARLAN ANDRÉ GULIANI.** Comentou sobre a multivacinação da poliomielite que vem acontecendo no município, do dia 08 de agosto ao dia 8 de setembro. Ressaltou que há uma preocupação da Secretaria Estadual de Saúde como também, da Secretaria Municipal, devido à baixa procura pela vacinação. Lembrou que a vacina da Pólio previne a paralisia infantil e ressaltou que na época de pandemia estavam ocorrendo 1.000 (mil) casos por dia. Mencionou que este é um trabalho de “Rotary”, pois é ele que patrocina a vacina da pólio. Solicitou então aos pais e mães que por amor, vacinem seus filhos, para que assim também essa doença não possa voltar a ressurgir. Frisou que a gotinha não dói nada e é um ato de amor. Falou também sobre a sua indicação de nº 486, que foi realizada para a Secretária de Educação, pedindo para que as escolas tenham alguns profissionais que saibam fazer a manobra de Heimlich, explicando que é a manobra para desafogamento das crianças, desobstruindo as vias aéreas superiores para que possam respirar normalmente durante situações acidentais. Mencionou um caso recente ocorrido na cidade de São Paulo, onde não haviam profissionais habilitados para fazerem a manobra e então, até a chegada do SAMU a criança venho a óbito. Informou que este treinou ficou parado por dois anos no município, devido a pandemia. Ressaltou que é importante que todos participem, mas destacou ser mais importante ainda que, por turnos hajam pessoas “que tenham a coragem, entendimento e até a capacidade” de realizar essa manobra com segurança e assim obter a eficácia do resultado. Enfatizou que fala desse modo, pois entende que nem todo mundo tem a coragem ou a habilidade de se manter calmo perante uma situação de emergência, sendo assim, se faz importante a identificação, por creche e por quantidades de alunos, de quais profissionais possuem essa aptidão. Frisou não ser uma questão de desmerecer e sim, de praticidade e ainda mencionou que quando falamos em praticidade, estamos falando de agilidade e que um segundo pode representar uma vida. Declarou que o Secretário de Educação já se comprometeu quando haviam feito a consulta sobre o assunto e que solicitou que fosse feito a solicitação por escrito, o que afirmou que aconteceu e está colocado na data de hoje nesta Casa de Leis. Agradeceu então ao Secretário, Sr. Josias e terminou

sua fala. Fez o uso da palavra livre o vereador **JAIRSON SABINO.** Cumprimentou os presentes e especialmente a toda equipe da APAE, frisando que falar sobre o trabalho deles “é sempre chover no molhado”, parabenizando-os e reconhecendo-os pelo trabalho sempre bem realizado. Destacou que sem o trabalho feito pela Escola Girassol, ficaria muito mais difícil dar o tratamento necessário a esses alunos e seres humanos tão importantes, enfatizando que o Poder Público não teria condições de realizar sem o apoio da Escola Girassol. Comentou sobre a Rua Jaraguá do Sul, a qual já mencionou várias vezes e que destacou ainda que “estamos” com mais de R3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil) e três meses de promessas. Enfatizou que a única ação tomada pelo governo até o momento, foi dizer às 18 (dezoito) famílias da Rua Jaraguá do Sul, que eles podem recorrer a seu FGTS. Indagou que então o Governo irá liberar a possibilidade de sacar o que já deles? E enfatizou novamente que da parte do Governo, até agora, não teve ação nenhuma como também nenhum centavo e que a famílias permanecem abandonadas. Comentou também que a Secretaria de administração anulou Pregão Eletrônico de nº 162/2022, que versava sobre a contratação de empresa para elaboração e implantação de planejamento estratégico de Governo, gestão e administração municipal. Frisou que este foi um assunto levantado na Casa de Leis quando convidaram o Secretário para vir falar do projeto, que infelizmente foi aprovado, e declarou que mais R$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil) que seriam “torrados” do dinheiro púbico com a contratação dessa empresa que é de Brasília e que foi a 4º ou 5º empresa chamada e ganhou a licitação. Mencionou que quando foi chamado o Secretário este finalmente “acordou” e viu que seria possível realizar o mesmo serviço pelo SEBRAE, pelo valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Frisou que fica fácil aprovar projeto para o contribuinte pagar, mencionando as empresas contratadas pelo Executivo. Destacou que há 477 (quatrocentos e setenta e sete) milhões de reais, como mencionado pela Líder de Governo, ressaltou que nem discutiu o assunto por que tem que se homologar, mas lamentou que seja a regra e não a exceção, e que São Bento do Sul faz parte da regra de 99,9% conforme colocado pelo Presidente do IPRESBS, Sr. Clifford Elis, mencionando ainda que é um profissional muito capaz e competente, o qual está fazendo um excelente trabalho em frente do IPRESBS. Mas enfatizou que o que lamenta é o ritmo com qual o Governo vai levando as coisas e só opta por terceirizar e ressaltou que assim, com as terceirizações esse déficit só irá aumentar, visto que essas pessoas terceirizadas não contribuem com o IPRESBS, mencionando que acaba para os contribuintes pagarem essa diferença. Destacou também que o povo continua muito indignados com as obras da rua Augusto Wunderwald, relatou que sim, precisa-se que as obras sejam feitas, mas que os tachões estão destruindo muitas rodas, pneus e amortecedores, destacando que esses gastos retornam para a Prefeitura e assim, para o contribuinte pagar, em forma ressarcimento que ocorrem através de processos jurídicos. Falou sobre o trevo da SC 418 e da Imigrantes, onde o DETRU não está conseguindo controlar o trânsito, havendo assim muitas reclamações principalmente nos horários de picos. Ressaltou esperar que não acabe em tragédia no local. Ressaltou, novamente, que no horário de pico no local, formam-

se filas longas que ficam sem auxilio do DETRU e frisou que possuem pessoas extremamente mal educadas no trânsito, e assim recebeu várias reclamações e clamores para que o DETRU auxilie. Comentou sobre a Rua Francisco Eckstein, onde recebeu na sexta-feira à noite a ligação de dois moradores falando que a empresa que está pavimentando, estava colocando asfalto quente durante a noite. Relatou que a máquina vibro acabadora havia estragado e assim as caçambas ficaram no local por horas com asfalto. Frisou que irá verificar a situação, destacando que para quem conhece do assunto, sabe que a temperatura para se trabalhar com o asfalto é 110 graus, no mínimo, senão não possível trabalhar mais com ele. Reafirmou que irá verificar a situação, visto que, se esse asfalto realmente foi colocado, poderá ser perdido finalizando assim sua fala. Não havendo mais nada a ser tratado, a sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 29 de agosto de 2022, às dezenove horas e encerrou, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 22 de agosto de 2022.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

DARLAN ANDRÉ GULIANI
Vice-Presidente

ÂNGELO RONEI PESCHISKI
Segundo Secretário

ADRIANO REINHARDT

HÉLIO ALVES

JAIRSON SABINO

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI

EAM/eam